

Paulistas ameaçam bloquear orçamento no Congresso

Jornal de Brasília

O Congresso Nacional poderá rejeitar a Lei do excesso — que aumenta o orçamento da União previsto para este ano — caso o Governo insista no bloqueio das contas bancárias de São Paulo. Essa possibilidade começou a ser estudada ontem por alguns representantes da bancada paulista, que acreditam no apoio de parlamentares de outros Estados, já que quase todos estão em condições financeiras precárias e, portanto, sujeitos ao congelamento de suas contas.

Caso a lei do excesso seja rejeitada, a União ficará na mesma situação de um Estado que tenha suas contas congeladas: não poderá efetuar um pagamento sequer. Isso porque o orçamento previsto para 1988 — que estourou em maio — foi calculado para atender uma inflação de 120% ao ano, enquanto que a nova projeção oficial é de 600%. Até hoje nunca houve no Congresso dificuldade para a aprovação das leis de revisão de orçamento, mas o ineditismo seria equivalente ao congelamento das contas de um Estado.

Negociações

O voto à lei do excesso, no entanto, só começará a ser articulado caso as negociações entre o governo de São Paulo e o Ministério da Fazenda não avancem. O primeiro passo consiste na demora da apreciação do projeto do Executivo na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, onde o relator é o deputado do PMDB paulista, Fernando Gasparian. O regimento interno não estabelece prazos para a apreciação da matéria pela Comissão, que tem poderes para dar parecer contrário

ou reduzir o orçamento preterido pelo Governo Federal.

Como existe pressa para a aprovação desse projeto, o Palácio do Planalto poderia, através de seus interlocutores no Congresso, encaminhar um requerimento para votação de urgência. Aí o trabalho da bancada paulista terá que ser ampliado e agilizado para, pelo menos, obstruir a votação da lei do excesso. A aprovação dessa matéria depende apenas da maioria simples — metade mais um dos parlamentares presentes. Isso só poderia ser evitado com uma ampla obstrução ou através de um acordo de lideranças para a rejeição do projeto.

A mobilização da bancada paulista já começou internamente. Ontem o governador Orestes Quérzia, promoveu uma reunião na Assembléia Legislativa da qual participaram 18 parlamentares do PMDB e 10 do PFL — nessa primeira etapa os outros partidos não foram convidados, mas já manifestaram informalmente o seu apoio. Nesse encontro, todos os parlamentares — independente da posição política em relação ao governador Orestes Quérzia — repudiaram a intenção do Governo Federal e a "intransigência" do ministro Mailson da Nóbrega.

Temendo a concretização do congelamento das contas de São Paulo, a bancada recebeu ontem, em Brasília, um importante reforço: secretários do Estado de São Paulo, que pretendem conversar com o ministro da Fazenda e com o presidente José Sarney. O vice-governador Almino Afonso também está na cidade, marcando todos os seus encontros políticos na residência do deputado Fernando Gasparian.